

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o edital abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 11/04/2023 e foi publicado em 08/05/2023 na(s) folha(s) 122/123 da edição: Ano 15 - nº 157 do DJE.

JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NITERÓI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0039170-02.2022.8.19.0002. Distribuído em 07/10/2022. Recuperação judicial da sociedade ENAVAL & ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA., CNPJ 02.445.332/0001-05. E D I T A L, nos termos do artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, passado na forma SEGUINTE: O MM Juiz de Direito Rafael Rezende das Chagas & Juiz Titular no Cartório da 8ª Vara Cível da Comarca de Niterói, RJ, nesta data. FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, devidamente instruído e depois de preenchidas as formalidades legais, por decisão de fls. 389-391, datada de 26/10/2022, foi deferido o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da sociedade ENAVAL & ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA. CNPJ 02.445.332/0001-05; conforme síntese da decisão judicial, que segue: & O princípio da preservação da empresa está implicitamente demarcado na Constituição Federal de 1988, que inaugurou, nos termos do seu art. 170, caput, uma ordem econômica fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano, o que demonstra a importância da manutenção da empresa. Com o advento da Lei 11.101/05, o referido princípio ganhou contornos materiais e procedimentais com a sua previsão expressa no art. 47 verbis: Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. A empresa requerente atendeu aos requisitos do artigo 48 da Lei 11.101/05, ao comprovar que está em atividade há mais de 02 (dois) anos conforme se pode constatar dos atos constitutivos e dos comprovantes de CNPJ. Além disso, pelas fotos apresentadas e, especialmente, pela prova de contrato firmado com a Petrobrás recentemente, é possível comprovar o regular funcionamento da empresa. Apresentou ainda certidões confirmando não ser e não ter sido falido e nem ter obtido recuperação judicial nos últimos cinco anos (artigo 51, incisos I, II e III) e declarações criminais comprovando não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na correspondente lei (artigo 51, inciso IV). A inicial expõe as causas da crise econômico-financeira, conforme impõe o inciso I do art. 51 da Lei 11.101/05, argumentos corroborados com a existência de pedidos de decretação de falência, sendo certo que o requerimento é, ainda, acompanhado da documentação exigida pelo inciso II do mesmo artigo. Pelo exposto, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA NAVAL - ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA., e determino, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05: I - A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, inclusive para contratar com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; II - Que a requerente acrescente após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial"; III- A suspensão de todas as ações e execuções contra as requerentes, inclusive das demandas que visam a decretação da sua falência, na forma do art. 6º, §4º da Lei 11.101/05 e mais as exceções previstas no art. 49, parágrafos 3º e 4º da mesma Lei, pelo prazo de 180 dias; IV - Que a requerente apresente contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores; V - A expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05; VI - A intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro. Defiro a decretação do segredo de justiça sobre as declarações de imposto de renda dos sócios, assim que apresentadas pela requerente em petição avulsa à inicial, nos termos requeridos. Defiro a

juntada dos referidos documentos e outros suplementares que se fizerem necessários no prazo de 15 dias. Nos termos do artigo 52, inciso I, o Administrador Judicial o Dr. Julio Matuch de Carvalho, OAB/RJ: 98.885, com escritório na rua da Assembleia, 40, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, tel.: 2544-0989 e e-mail julio@mcaa.adv.br, que desempenhará suas funções na forma do inciso III do caput do artigo 22 da Lei 11.101/05, sem prejuízo do disposto no inciso I do caput do artigo 35 do mesmo diploma legal. Com observância ao disposto no artigo 24 parágrafos 1º e 2º, da Lei 11.101, fixo a remuneração do Administrador Judicial em 5% (cinco por cento) sobre valor total da recuperação. Intime-se o Administrador via telefone para, aceitando o encargo, assinar o termo de compromisso em cartório, nos termos do artigo 33 da lei 11.101. e Ciência aos interessados de que a relação de credores se encontra disponível às fls. 96-105 dos autos do processo eletrônico nº 0039170-02.2022.8.19.0002, que pode ser acessada através do website do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (www.tjrj.jus.br) ou consultada junto à equipe da Administração Judicial. Cientes os credores de que, a partir da publicação deste edital, terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço na Rua da Assembleia nº 40, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-001, através do e-mail enaval@mcaa.adv.br, suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados, na forma do artigo 7º, §1º, da Lei nº 11.101/2005. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Cientes de que este juízo funciona na Visconde de Sepetiba, 519 9º andar, CEP: 24020-206 - Centro - Niterói - RJ. Dado e passado nesta cidade de Niterói, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três. Eu, _____, mat. _____, digitei. Eu, Adriana Terezinha Pacheco Fabbri Perrupato, ma

Niterói, 9 de maio de 2023

Cartório da 8ª Vara Cível